



HOLOS

ISSN: 1518-1634

holos@ifrn.edu.br

Instituto Federal de Educação, Ciência e

Tecnologia do Rio Grande do Norte

Brasil

GUERRA, L. C. B.; MORAIS, M. E.
A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL: UM ESTUDO DO
PROGRAMA NACIONAL DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL (PROINFO) NA
FORMAÇÃO DOCENTE EM CARAÚBAS-RN

HOLOS, vol. 2, 2017, pp. 301-316

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Natal, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=481554847022>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL: UM ESTUDO DO PROGRAMA NACIONAL DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL (PROINFO) NA FORMAÇÃO DOCENTE EM CARAÚBAS-RN

L. C. B. GUERRA^{*} e M. E. MORAIS

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
lenin.cavalcanti@ifrn.edu.br

Submetido 27/10/2016 - Aceito 17/05/2017

DOI: 10.15628/holos.2017.5273

RESUMO

O estudo discute o Programa Nacional de Tecnologia educacional (ProInfo), o qual atua na pretensão de promover o uso pedagógico das tecnologias da informação e comunicação (TIC) no espaço escolar. Tem por objetivo analisar o processo de implementação da ProInfo no município de Caraúbas/RN. Caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico e empírico. Seu embasamento teórico está centrado nas concepções de políticas públicas, em Rua (2012) e Frey (2000), bem como no Decreto nº 6.300, de 12 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o ProInfo. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com

profissionais da educação, para conhecer o processo de implementação do ProInfo nas escolas desse município. A pesquisa possibilitou-nos perceber que a democratização desses recursos foi insuficiente para atender a demanda do ensino. Entende-se que a ineeficácia do programa na sua descontinuidade, dificulta o apoio gerado para a formação docente envolvendo as tecnologias educacionais. No entanto, a partir da literatura e entrevistas que o uso das tecnologias no âmbito pedagógico, apesar de tenua, contribui para que os sujeitos se articulem nas dinâmicas sociais contemporâneas.

PALAVRAS-CHAVE: Política pública educacional, ProInfo, Formação docente, Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

IMPLEMENTATION OF PUBLIC EDUCATION POLICY: A STUDY OF THE PROGRAMA NACIONAL DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL – PROINFO IN TEACHING TRAINING IN CARAÚBAS-RN

ABSTRACT

This study discusses the Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) which acts on the pretense of promoting the pedagogical use of information and communication technologies (ICT) at school. The study Aims to analyze the process of implementing ProInfo in the city of Caraúbas / RN. It is characterized as a qualitative research in bibliographic and empirical character. Its theoretical base is focused on public policy conceptions in Rua (2012) and Frey (2000) as well as in the decree nº6.300, in 12 december 2007, that boasts about ProInfo. Semi-structured interviews

were conducted with education professionals, to know the process of implementing of ProInfo in this municipality. This research clearly demonstrate that the democratization of these was insufficient to attend the educational demand. It is understood that the ineffectiveness of the program in its discontinuity, hinders the generated support for teacher training involving educational technologies. However, from the literature and interviews, the use of technology in pedagogical work, even tenuous, helps people being part in contemporary social dynamics.

KEYWORDS: Public education policy, ProInfo, Teacher Training, Information and Communication Technology (ICT).

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de uma pesquisa ocorrida durante o curso de especialização em Gestão Pública e Negócios pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN). O estudo investiga o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), que se delineia no âmbito das políticas públicas educacionais com o objetivo de promover o uso pedagógico das tecnologias da informação e comunicação (TIC) na rede pública da educação básica.

O uso de recursos tecnológicos na ação pedagógica é uma das possibilidades das quais o docente pode se apropriar para o processo de ensino-aprendizagem. O programa ProInfo tem como características predominantes introduzir recursos na escola, dentre eles a implantação de laboratório de informática, bem como favorecer a formação dos docentes para atuarem com esses materiais em sua prática pedagógica, como uma ferramenta didática.

Desse modo, nossa pesquisa discute o ProInfo enquanto política pública educacional que, em parceria com as secretarias de Educação dos Estados e Municípios brasileiros, possibilita o uso das tecnologias da informação e comunicação nas escolas. Por estarmos inseridos em uma sociedade que constantemente transforma os aparatos tecnológicos no âmbito social e profissional, entendemos a necessidade que emerge no docente de dominar as ferramentas tecnológicas que no uso didático podem nortear a prática docente.

Nesse sentido, apresentamos a seguinte inquietação para nortear a pesquisa: Em que medida o ProInfo tem promovido o uso pedagógico das tecnologias da informação e comunicação na educação? Para tanto, propomos como objetivo: analisar a implementação da política pública do ProInfo no município de Caraúbas; verificar nos documentos oficiais do ProInfo as propostas pedagógicas para a educação no tocante as tecnologias da informação e comunicação; identificar a partir de discursos de docentes o uso pedagógico dos recursos tecnológicos do ProInfo na prática.

Dessa forma, a aproximação com a implementação do ProInfo pode nos permitir conhecer como tem se dado sua operacionalização no âmbito municipal de Caraúbas, além de nos possibilitar refletir sobre suas intencionalidades para a formação do profissional docente. Ainda, acreditamos que este estudo poderá trazer contribuição no que concerne a pensar como o município está gerenciando a política de inserção das tecnologias nas escolas e que esse olhar para a implementação da política no local pode desvelar olhares para a política do ProInfo também no campo macro, apontando suas contribuições e limitações.

O trabalho perpassa pelos seguintes caminhos: primeiro, discorremos sobre o percurso metodológico, em que expomos os instrumentos, as técnicas e os procedimentos metodológicos utilizados para nortear a pesquisa; segundo, apresentamos o referencial do texto, trazendo autores que discutem políticas públicas educacionais e as TIC no espaço da escola; terceiro, expomos a análise dos resultados construindo um diálogo das entrevistas e das pesquisas nos documentos oficiais com os autores estudados. Por fim, abordamos as considerações do estudo, relatando as contribuições e as limitações da construção do trabalho, atentando para o objeto de estudo investigado.

O desvelar do olhar para o ProInfo como uma política pública educacional nos auxilia a perceber os desafios enfrentados pela educação no tocante à implementação de políticas educacionais. Ao adentrarmos na realidade local, podemos contribuir para que os profissionais da educação, enquanto sujeitos construtores de políticas e que atuam no uso das TIC, se articulem nas dinâmicas sociais contemporâneas, atreladas às transformações sociais, culturais, políticas e educacionais. Dessa maneira, consideramos relevante discutir a ação de políticas educacionais

como o ProInfo, visto que o professor, alvo desse programa, busca ressignificar sua prática para desenvolver um trabalho pedagógico em consonância com a sociedade atual.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Políticas Públicas: aspectos gerais

O debate acerca das políticas públicas na educação vem conquistando seu espaço na medida em que os atores educacionais estão se inserindo cada vez mais na participação das ações políticas que interferem de modo direto na educação. Contudo, antes de adentrarmos no âmbito das políticas públicas educacionais, convém compreendermos a concepção de política pública. Por ser um campo de estudo permeado por diversos autores que constroem suas definições, ou seja, por não possuir uma única concepção, adotaremos a discussão de Rua (2012), que trata da política pública como sendo resultado da atividade política, a qual consiste na resolução pacífica de conflitos, processo essencial à preservação da vida em sociedade.

Amparamo-nos, além disso, no discurso que aponta a política pública como uma perspectiva de manifestação de ações governamentais, nas quais se inserem também mutações na realidade social em que os sujeitos políticos estão inseridos e envolvidos nas deliberações políticas. Para Rua (2012), as políticas públicas se manifestam como um conjunto de decisões que não podem ser compreendidas como uma decisão isolada. Desse modo, acreditamos que elas também são construídas pelo povo e pela sociedade civil, na medida em que se envolvem na tomada de decisão, interferindo, portanto, na construção de uma política pública.

Podemos, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e suas plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (Souza, 2006, p. 3).

Com base na autora mencionada, podemos fortalecer a ideia de política pública como decorrente de ações do governo. A análise dessa ação é percebida no cenário social em que os sujeitos, enquanto seres políticos, organizam-se na sociedade civil, pleiteando seus direitos, de modo que as políticas públicas formuladas sejam implementadas em favor da sociedade.

Um dos pressupostos apontados por Souza (2006) que regem a consolidação dos estudos das políticas públicas é refletir acerca da constituição daquilo que o governo faz ou deixa de fazer e, sobretudo, do que é possível de ser reformulado sempre que houver necessidade. Assim, uma das trajetórias das políticas públicas como ramo da ciência política consiste em entender como e por que os governos optam por determinadas ações.

Adotamos ainda a compreensão de Secchi (2013), que discorre sobre as políticas públicas como arena que pode sofrer conflitos e variações quando perpassa pelos campos da idealização, formulação e implementação. Por essa razão, consideramos pertinente, quando se trata das políticas públicas, não concentrar o eixo apenas no foco do papel dos governos, pois, assim, deixaremos à mercê os conflitos, embates e limites que permeiam as decisões políticas. Além disso, cremos ser relevante ampliar as possibilidades de participação dos atores que na sua função social atuam também como sujeitos construtores de política.

Acreditamos que os docentes e toda a comunidade escolar que é abarcada com o programa ProInfo, por meio do que eles pensam, de como eles se apropriam ou não desse programa e de suas concepções, interferem na existência e efetivação do programa, que pode ser

ressignificado pelos profissionais beneficiados diretamente. “O desenho das políticas públicas e as regras que regem suas decisões, elaboração e implementação também influenciam os resultados dos conflitos inerentes às decisões sobre política pública” (Souza, 2006, p. 21).

As políticas públicas podem sofrer conflitos e variações também quando são idealizadas, formuladas e implementadas. Assim, vislumbramos a concepção de *policy arena* em Frey (2000), que parte do pressuposto de que as reações e expectativas das pessoas afetadas por medidas políticas têm um efeito antecipativo para o processo político de decisão e de implementação. As medidas adotadas na configuração do processo político são permeadas de conflito e consenso dentro das diversas áreas de política.

Nas discussões apontadas por Frey (2000), entendemos que a política pública sofre disputas e embates em cada arena. Esses conflitos permearão toda a formulação da política até sua implementação, que também sofrerá conflitos entre as decisões proclamadas e materializadas pelos atores que a fazem acontecer no seu contexto.

As políticas públicas, de um modo geral, incluindo as de educação, podem resultar em metas, programas e ações. Portanto, para se compreender sua formulação no âmbito da educação, é necessário levarmos em consideração as disputas e os embates em cada uma de suas arenas de construção. Tomemos como exemplo o programa ProInfo, que, legitimado nos documentos norteadores, ganha corpo e forma no espaço da escola, onde se concretizam as decisões proclamadas no discurso oficial, podendo sofrer mudanças na medida em que os sujeitos envolvidos extraem dele ações pedagógicas e as transformam na sua prática docente.

Entendemos que as políticas não são apenas construídas especificamente em uma arena e implementadas em outro espaço, mas também sofrem recriações em cada etapa de sua construção. Compreendemos que suas ações acontecem descentralizadas do controle do poder estatal, o que nos permite refletir que, ao serem implementadas, elas sofrem transformações em cada realidade educacional, sendo efetivadas por atores educacionais que são também sujeitos construtores de política.

2.2 Políticas públicas de educação

As discussões a respeito das políticas públicas educacionais referem-se a tudo aquilo que o governo faz na educação. Portanto, tomaremos como concepção que “as políticas públicas educacionais dizem respeito às decisões do governo que têm incidência no ambiente escolar enquanto ambiente de ensino-aprendizagem” (Oliveira, Pizzio & França, 2010, p. 5). Nesse sentido, compreendemos que as políticas públicas educacionais destinam-se às questões da educação, especificamente as escolares.

Diante desse contexto, para debatermos sobre a implementação de políticas públicas educacionais, recorremos aos estudos de Silva e Melo (2000) e Lima e D'Ascenzi (2013) a respeito dos processos de implementação de políticas públicas educacionais e da avaliação de programas e projetos que discorrem sobre a definição de implementação em sua concepção tradicional, como “o cumprimento de atividades que permitem que as ações sejam implementadas com vistas à obtenção de metas definidas no processo de formulação das políticas” (Silva & Melo, 2000, p. 4).

Essa visão não considera a implementação de políticas como um processo de aprendizagem, mas como uma consequência do que foi proposto no contexto de formulação e na construção das políticas. Nesse caso, é vista apenas como uma etapa de operacionalização de políticas e os sujeitos que atuam nessa execução estariam com suas funções limitadas a atender as exigências dos formuladores das políticas como controladores de todo o processo (organizacional,

político e pedagógico), desconsiderando a influência dos sujeitos “implementadores” de política. Para Silva e Melo (2000), essa visão clássica de implementação é entendida como um só arremesso em que a ação governamental, expressa em programas ou projetos de uma intervenção, é implementada de cima para baixo (*top down*).

A abordagem de implementação molda a análise pretendida. Por essa razão, nesta pesquisa, a concepção de implementação de política é definida “como um processo de apropriação de uma ideia que, nesse sentido, é consequência da interação entre a intenção (expressa no plano) e os elementos dos contextos locais de ação” (Lima & D’Ascenzi, 2013, p. 105). Não compreendemos a *policy cycle* de modo linear, haja vista que as políticas surgem no campo das ideias e na construção dos discursos, assim, a interpretação das políticas é imbuída pela concepção de mundo dos atores envolvidos no processo de implementação.

Esses sujeitos, na interação da política proposta com o contexto em que estão inseridos, ressignificam em suas práticas a ação da política de fato. De um modo geral, as políticas públicas educacionais implementadas no âmbito escolar vêm sendo atreladas, dentre outras ações, à modernização da sociedade. Desse modo, surge a necessidade de entender a concepção e a influência das políticas públicas educacionais, na tentativa de possibilitar a compreensão de sua finalidade e da concretude no âmbito escolar, bem como as implicações nesse espaço.

3. PERCURSO METODOLÓGICO: CAMINHOS PERCORRIDOS

Na tentativa de possibilitar um contato com o fato que pretendemos investigar, consideramos, com base em Gerhardt e Silveira (2009), que uma pesquisa processa-se também por meio de aproximações sucessivas da realidade, fornecendo-nos subsídios para uma intervenção no real.

Ao considerar pertinente perceber os caminhos metodológicos convenientes para a relevância da pesquisa, este estudo tem a necessidade de discorrer sobre alguns procedimentos metodológicos desenvolvidos acerca do objeto de estudo abordado. O delineamento da pesquisa consiste num estudo de abordagem qualitativa, por lidar com sujeitos carregados de saberes, os quais se fazem partícipes da pesquisa. Nessa perspectiva, visamos não apenas explorá-los com indagações, mas também entender que estamos lidando com a subjetividade nas relações entre pesquisador e pesquisado. Por essa razão, amparamo-nos em Minayo e Gomes (2011, p. 21), que afirmam: “o universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos”.

Destacamos que este estudo evidencia o ProInfo a partir da sua implementação no município de Caraúbas/RN, a qual ocorreu de 2009 até o ano de 2015, período em que o programa sofreu uma paralisação por ausência de recursos financeiros por parte do governo federal, interrompendo a continuidade da sua efetivação. Tal programa ficou ativo no município durante 6 anos e deixou marcas tanto na formação docente quanto na oferta de recursos tecnológicos para a rede municipal de ensino.

Dessa forma, o campo empírico da pesquisa contempla entrevistas com a professora que atuou como tutora do programa ProInfo até o ano em vigor, promovendo a capacitação dos docentes a partir do programa, e com um professor que participou dos cursos do ProInfo, cuja escola tenha sido beneficiada com o laboratório de informática. A escolha dos sujeitos leva em conta os fundamentos da pesquisa exploratória, a qual, para Gil (2007), consiste em realizar entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado.

Para tanto, utilizamos como técnica o uso da entrevista semiestruturada, tendo em vista que, através dela, o pesquisador obtém informações acerca do objeto de estudo em um diálogo orientado com o sujeito pesquisado, que aborda livremente o tema proposto com questões previamente formuladas. A entrevista contempla os seguintes sujeitos: a professora que atuou como tutora do programa e um docente que participou dos 3 cursos ofertados pelo ProInfo, a saber: introdução à educação digital, ensinando e aprendendo com as TIC e elaboração de projetos.

O entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal (Marconi & Lakatos, 1994, p. 197).

Para esse instrumento, tomamos como categorias de análise os seguintes eixos: utilização das TIC na ação docente, apropriação dos conteúdos digitais ofertados nos cursos, contribuições e limitações do ProInfo no espaço escolar. Além disso, buscamos refletir acerca do Decreto 6.300 de 2007, documento oficial do ProInfo, no qual são evidenciadas ações que precisam ser desenvolvidas para a implementação do programa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 ProInfo: características e perspectivas

As políticas públicas educacionais configuram-se na tomada de decisões do governo com incidência no ambiente escolar enquanto espaço de ensino-aprendizagem. Nesta seção, discorremos sobre a implementação da política do ProInfo no município de Caraúbas, buscando nas suas implicações da prática visualizar a arena de construção de políticas.

O ProInfo foi criado em 9 de abril de 1997 através da Portaria n. 522 do Ministério da Educação (MEC), com a pretensão de promover a implantação de laboratórios de informática nas escolas públicas de ensino médio. Em 2007, com o Decreto 6.300, de 12 de dezembro de 2007, a Secretaria de Educação a Distância (SEED/MEC), por meio do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), elaborou um plano de reconfiguração do ProInfo, mantendo a mesma sigla ProInfo e ampliando a sua nomenclatura para Programa Nacional de Tecnologia Educacional. Além dessa alteração, o Art. 1 dispõe: “O Programa Nacional de Tecnologia Educacional - ProInfo, executado no âmbito do Ministério da Educação, promoverá o uso pedagógico das Tecnologias da Informação e Comunicação nas redes públicas de educação básica”.

A partir de 2007, o ProInfo postula a articulação e integração de três componentes:

A instalação de laboratórios de informática com computadores, impressoras e outros equipamentos com acesso à internet pela banda larga. A organização de conteúdos e recursos educacionais disponibilizados nos próprios computadores por meio de softwares educacionais. A formação continuada dos professores e outros agentes educacionais para o uso pedagógico das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC (Brasil, 2007, p. 3).

Nesse contexto, percebemos que o processo de ampliação das propostas do ProInfo visa garantir a ampliação do uso de tecnologia no sistema público de ensino. Além desses investimentos, acontece a capacitação de recursos humanos, contemplando os profissionais da educação para atuar com esses equipamentos na prática docente. Para tanto, investe-se

maciçamente em tecnologias da informação e comunicação no âmbito escolar, buscando atingir a atuação da educação para garantir o desenvolvimento nesses setores.

Dentre as ações para promover a formação continuada dos docentes para o uso das tecnologias, o ProInfo realiza cursos para os professores aprenderem a lidar com as tecnologias da informação e comunicação. Esses cursos acontecem em três modalidades: Introdução à educação digital (40h); Tecnologias na educação – ensinando e aprendendo com as TIC (100h); Elaboração de projetos (40h). Além disso, têm caráter presencial e virtual e a comunicação *online* nos cursos acontece em ambientes colaborativos de aprendizagem do E-ProInfo integrado (e-proinfo.mec.gov.br).

Para compreendermos as TIC na educação, apoiamo-nos na seguinte concepção: “as tecnologias da informação e comunicação, caracterizadas como midiáticas, são, portanto, mais do que simples suportes, [...] interferem em nosso modo de pensar, sentir, agir, de nos relacionarmos” (Kenski, 2003, p. 23). Nesse sentido, as políticas públicas educacionais, pensadas para um contexto em que as tecnologias vêm ganhando força no espaço educacional, são implementadas visando possibilitar o acompanhamento das demandas da sociedade.

4.2 ProInfo em Caraúbas: estendendo a formação docente no cotidiano das TIC

A sociedade na qual estamos inseridos é marcada pela constante transformação do conhecimento. Nesse contexto, as tecnologias da informação e comunicação (TIC), em seus aparatos tecnológicos, estão ampliando nitidamente as formas de comunicação e, ainda, de formação para a atuação na escola e na sociedade vigente. Nesse sentido, são oferecidos ao professor recursos tecnológicos que atendam as possibilidades de ensino-aprendizagem, adequando o trabalho desenvolvido no espaço escolar às exigências da sociedade.

Diante desse cenário, inquietamo-nos em conhecer, com base nos discursos de docentes, a vivência na formação ofertada para atuação na docência no contexto das TIC, bem como identificar quais as “marcas” que ficaram impregnadas em suas práticas a partir de sua participação no programa ProInfo.

Para tanto, realizamos entrevista semiestruturada com uma docente que atuou como tutora do ProInfo no município de Caraúbas, ministrando cursos de capacitação aos professores para o uso das TIC no espaço escolar. A pretensão com essa entrevista era construirmos um diálogo acerca da vivência nessa função e do processo de implementação da política pública educacional do ProInfo no município de Caraúbas, além de apreendermos conhecimentos que impulsionaram a realização do programa.

Iniciamos o diálogo sobre a sua formação e sua atuação na educação. A esse respeito, a docente revelou que é licenciada em Ciências Biológicas pela UFRN, especialista em Tecnologias da Educação pela PUC/SP e há 23 anos atua na educação em Caraúbas. Nesse discurso inicial, percebemos que a professora tem uma formação que se volta para as tecnologias na educação e cremos que isso tenha favorecido sua atuação enquanto tutora do ProInfo. Sobre isso, entendemos, com base em Delors (2000, p. 192), “que a formação inicial e, mais ainda, a formação contínua dos professores, lhe confira um verdadeiro domínio destes novos instrumentos pedagógicos”. Desse modo, afirmamos que o professor precisa de saberes adequados a uma sociedade que está em constante transformação do conhecimento, o que requer do educador novas metodologias de ensino para esse contexto.

Dialogamos ainda sobre como se deu a proposta de atuação como tutora do ProInfo no município de Caraúbas/RN. Acerca dessa questão, a tutora declarou que atuou durante os anos de 2012, 2013 e 2014, a convite da secretaria de educação, no ano de 2012.

Um dos critérios de seleção para participar como tutor do programa é ter especialização ou curso em área afim. Assim, durante a entrevista, a tutora relatou que participou de formações presenciais com Coordenadores da União dos Dirigentes Municipais (UNDIME/RN). Essa nova ocupação na educação como tutora requer uma preparação profissional e cremos que esta deva atender não somente as exigências dos cursos do ProInfo, mas sobretudo que ela contribua para a construção da identidade do sujeito na nova prática de ensino.

Não podemos esquecer o papel da UNDIME na implementação de programas advindos do governo federal. Sobretudo, quando estes requerem autonomia e transposição de responsabilidades para as entidades locais, tais como estados e municípios. Portanto, a UNDIME fornece orientações e formações para que as políticas educacionais se materializem no contexto local em conformidade com as prescrições oficiais, embora, sabendo que cada realidade educacional recebe a oferta de políticas e ressignifica em sua realidade.

O segundo momento da entrevista foi direcionado para o conhecimento de alguns dados que favoreceram a implementação do ProInfo em Caraúbas. Buscamos conhecer a implantação e a atuação do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) no município de Caraúbas/RN, refletindo sobre como ocorre a formação continuada dos professores participantes.

Iniciado no ano de 2009 em Caraúbas, o ProInfo foi implantado quando a prefeitura municipal fez a adesão ao Sistema de Gestão Tecnológica (SIGETEC), passando pelos seguintes procedimentos estabelecidos por esse sistema, pois, para participar do ProInfo, os municípios têm de seguir três passos: a adesão, o cadastro do prefeito e a seleção das escolas, já pré-selecionadas para serem contempladas com o laboratório de informática.

Conforme o *site* oficial do ProInfo,

O MEC/FNDE compra, distribui e instala laboratórios de informática nas escolas públicas de educação básica. Em contrapartida, os governos locais (prefeituras e governos estaduais) devem providenciar a infraestrutura das escolas, indispensável para que elas recebam os computadores (MEC¹).

De acordo com os dados coletados na secretaria municipal de educação com uma profissional que atuava como coordenadora do ProInfo no município de Caraúbas/RN, foram entregues 10 salas multifuncionais que disponibilizam materiais didáticos e pedagógicos para oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Essas salas são equipadas com jogos, impressora e computadores. Além delas, foram entregues 11 laboratórios de informática para serem implantados em escolas do município. O critério de escolha das escolas leva em conta as seguintes disposições: ter mais de 100 alunos, conter energia elétrica e não possuir laboratório de informática. Ainda, foram entregues 3 projetores acoplados.

No entanto, podemos perceber durante a pesquisa que a intenções de adotar as escolas com as tecnologias são pouco acompanhadas pelo programa. Há uma ausência de controle organizacional e de acompanhamento do ProInfo no que concerne a utilização pedagógica destes recursos tecnológicos. Sabemos que a distribuição de tecnologias na escola e da formação docente na instrumentalização de tais recursos é insuficiente para garantir uma “inclusão digital”, conforme prega o programa.

¹ Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=236:proinfo-perguntas-frequentes>>.

As tecnologias da informação e comunicação estão sendo apropriadas pela sociedade e muitas perspectivas se abrem também no campo da educação, em função das novas potencialidades que elas proporcionam. Segundo dados obtidos na entrevista com a professora, em torno de 300 docentes da rede estadual e municipal de ensino foram contemplados com cursos de formação continuada advindos do ProInfo entre os anos de 2012 e 2014. Os cursos ofertados foram: Introdução à educação digital, Ensinando e aprendendo com as TIC e Elaboração de projetos. Os encontros presenciais eram quinzenais, mas também ocorriam encontros no ambiente colaborativo de aprendizagem E-proInfo, que, por meio do ciberespaço, propicia uma formação interativa com os professores participantes através de fóruns, postagens no ambiente, salas de bate-papo.

A partir dos dados supracitados, podemos perceber que a procura dos docentes por tais formações ofertadas pelo Proinfo é elevada. Uma das razões é a necessidade social que os impulsiona a se adequar ao contexto vigente. A chegada de computadores, lousa digital, projetor integrado como artefatos da docência pode até mesmo assustar os docentes quando não se há um preparo para receber estes recursos. Acreditamos, que estas formações precisa acontecer concomitante ao recebimento das tecnologias da informação e comunicação, para que nos tais recursos se percebam as potencialidades destes e que possam ser agregados ao ensino.

No entanto, concordamos que a ação do ProInfo de viabilizar cursos de formação continuada oportuniza aos professores saberes teóricos e práticos sobre as tecnologias. “O ProInfo atua na formação de professores em um processo que integra domínio da tecnologia, teorias educacionais e prática pedagógica com o uso dessa tecnologia” (Almeida, 2003, p. 6). A esse respeito, dialogamos com a professora sobre quais as vantagens e desvantagens do ProInfo, na sua percepção. Obtivemos como retorno o seguinte discurso:

Vantagem de se ter uma formação para ajudar ao professor no trato com as tecnologias em sala de aula, colaborando assim para o processo de ensino-aprendizagem. Não vi desvantagem alguma em se ter essas formações. Só lucros educacionais (Entrevista – Tutora).

Nesse apontamento, consideramos relevante o olhar que a tutora lançou sobre o ProInfo, revelando a compreensão de que o professor pode aproveitar-se das tecnologias como um arcabouço para o ensino-aprendizagem. Portanto, a preocupação não consiste em centrar-se na tecnologia na educação, mas utilizar seus recursos pedagogicamente, no sentido de contribuir para o ensino, visto que nenhum recurso pode substituir a capacidade criativa do docente.

Podem inventar tecnologias, serviços, programas, máquinas diversas, umas a distância outras menos, mas nada substitui um bom professor. Nada substitui o bom senso, a capacidade de incentivo e de motivação que só os bons professores conseguem despertar (Nóvoa, 2007, p. 18).

A tecnologia foi criada pelo homem para ser utilizada a seu favor e o processo de formação atrelado a esse recurso nos faz refletir conforme a concepção de inacabamento do ser e do saber (Freire, 2005; Delors, 2000), o qual nunca está acabado e pode enriquecer-se com qualquer experiência. Esse inacabamento do saber é resultado da inconclusão do ser e é a consciência desse inacabamento que provoca a interação com o mundo.

Partindo dessa compreensão, realizamos uma entrevista com um docente que participou dos cursos de formação do ProInfo ofertados no município, cuja escola foi beneficiada com um laboratório de informática.

O professor, sujeito da entrevista, possui formação superior em Pedagogia e pós-graduação *lato sensu* em Psicopedagogia, Português e Matemática, numa perspectiva transdisciplinar. Partindo desse diálogo sobre sua formação, questionamos sobre em quais espaços educacionais já atuou no município de Caraúbas.

Há 20 anos atuo na educação. Já atuei como professor do 1º ao 5º na da educação fundamental; como gestor escolar. Lecionei do 6º ao 9º ano as disciplinas de matemática; língua portuguesa, história e geografia, ciências e ensino religioso. Ainda tenho experiência na educação de jovens e adultos (EJA). Fui suporte pedagógico e atualmente trabalho como conselheiro tutelar e gestor na Escola Municipal Leônia Gurgel em Caraúbas (Entrevista – Professor).

Por sermos seres em formação, estamos sempre à procura de conhecimentos que emergem em cada oportunidade de experiência e essa busca pelo saber nunca chegará ao ponto final, porque, assim, estaríamos limitados a certo nível de conhecimento. A consciência da incompletude do sujeito o impulsiona a buscar saber mais. Desse modo, o que nos diferencia do ser animal, conforme Charlot (2000), é o fato de que eles já nascem prontos e predeterminados para exercerem sua função, já o ser humano nasce apenas como um esboço e vai se construindo na medida em que interage com seu meio social, consigo mesmo e com o mundo.

No intuito de alargamos o diálogo acerca da participação nos cursos do ProInfo, perguntamos sobre quais os cursos do programa que o docente fez parte e ainda as motivações para estar nesses cursos.

Comecei a participar em 2012, através da secretaria da educação, veio o convite para as escolas e o professor que se interessava, dava o nome. Nessa época eu estava como suporte pedagógico na comunidade de Miranda na Escola Municipal Francisco de Souza Junior. Fiz os cursos: introdução à educação digital; ensinando e aprendendo com as TIC e elaboração de projetos. O que me chamou atenção foi a busca de conhecimento na área de informática (Entrevista – Professor).

Tendo em vista a fala do professor como recurso de análise podemos evidenciar a ausência de mais iniciativas da gestão municipal para despertar nos professores a necessidade de estarmos predispostos a aprender cotidianamente. Um simples convite feito pela prefeitura não garante a participação ativa, a assiduidade, e ausência de evasão dos docentes em tais ofertas de formação continuada. Podemos perceber que isto carece de um trabalho mais relacionado entre escola-secretaria-Proinfo para que se cheguem ao alcance dos objetivos proposto pela política.

Também afirmamos que, enquanto sujeitos inacabados, procuramos construir saberes constantemente. De acordo com Candau (2000, p. 29), “O educador nunca estará definitivamente ‘pronto’, formado, pois que a sua preparação, se faz no dia a dia, na meditação teórica sobre a prática”. É importante que o professor tenha a compreensão de que a sua formação em busca de novos conhecimentos profissionais não se encerra com a graduação, mas se faz também na prática docente cotidiana. Ainda acreditamos que a abrangência do conhecimento na área da informática, apontada pelo sujeito da pesquisa, faz-nos refletir que esse tipo de conhecimento, ao assumir como possibilidade didática, requer novas metodologias de ensino para que produza o conhecimento e não seja apenas uma reprodução de informações.

Perguntamos também: Quais os conhecimentos aprendidos durante o curso que contribuíram para sua prática pedagógica?

Alguns textos do guia do cursista contribuíram e nos chamavam muita atenção pela questão das informações. Outra coisa importante foi os vídeos e a forma como a professora transmitia os conhecimentos e isso nos dava suporte pra gente trabalhar com mais segurança nessa área da informática (Entrevista – Professor).

Podemos perceber que o material didático direcionado pelo ProInfo para as formações tem alcançado o interesse dos docentes em querer cada vez mais se apropriar do debate atual das tecnologias. Nesse discurso, destacamos ainda que a didática do profissional da educação, que atuava enquanto tutora, instigava e transmitia segurança aos professores que ainda não possuíam tanta familiaridade com as tecnologias. Assim, o profissional deve ser estimulado em sua prática a aprender o tempo todo, a investir na própria formação, a pesquisar e a interagir com outras pessoas, para assimilar novos conhecimentos.

As exigências decorrentes da sociedade do conhecimento requerem inovações nas instituições educativas e nos saberes profissionais do educador. “O professor precisa de novos sistemas de trabalho e de novas aprendizagens para exercer sua profissão” (Imbernón, 2002, p. 45). Nesse sentido, a formação profissional docente atenta às tecnologias é uma das perspectivas para o seu uso pedagógico no ensino-aprendizagem. Conforme Delors (2000, p. 1920), “é também indispensável que a formação inicial e, mais ainda a formação contínua dos professores, lhe confira um verdadeiro domínio destes novos instrumentos pedagógicos”.

Sendo assim, durante a nossa entrevista com o professor, questionamos sobre os principais conteúdos digitais apreendidos no curso que influenciaram na sua prática pedagógica.

Criar slide; outra coisa foi usar os instrumentos como, por exemplo, o *data show*. E alguns programas na área da informática, como construir tabelas, planilhas e gráficos. E até criar seus próprios vídeos e enviar por que tinha umas avaliações que tínhamos que enviar pelo ambiente virtual. Ah! outra coisa importante é a interação dos cursistas com outras pessoas de outros cursos, porque no ambiente nós não falávamos somente com as pessoas que estavam nos nossos cursos, nós podíamos falar com outras pessoas de outros cursos, como se fosse um bate-papo nos ambientes virtuais de aprendizagem (AVA) do ProInfo (Entrevista – Professor).

Ao ouvirmos essas “marcas” construídas pelo professor durante os cursos, percebemos que foram destacados elementos que contribuíram tanto para a sua formação quanto para a sua prática, como, por exemplo, a aprendizagem em construir *slides*, a criação de vídeos, que é pertinente na sua prática, e ainda a interação ocorrida no ambiente virtual de aprendizagem.

É notório a importância da interação que pode se construir no Ambiente Virtual de Aprendizagem. A possibilidade de dialogar com docentes de outras regiões que também estão nesse processo de imersão com as tecnologias poder ser uma espécie de refúgio para aqueles que ainda estão se familiarizando com este contexto.

Quando os sujeitos estão em interação numa relação dialógica, eles se abrem para o mundo. “O sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade” (Freire, 1996, p. 136). Nessa perspectiva, o diálogo é a base de toda interação, assim, a partir dele, tanto nos encontros presenciais quanto nos virtuais, os professores participantes do ProInfo percebem o conhecimento numa perspectiva de pluralidade.

Conversamos sobre a percepção do professor quanto à preparação dos cursos para o uso das tecnologias na sua prática pedagógica:

Prepara. Nos trouxe algo novo, mas pelo pouco espaço de tempo do curso poderia ser mais explorado, porém mesmo com pouco tempo a gente aproveitava (Entrevistado – Professor).

Essa afirmação da preparação atrelada ao fator tempo como destaque nos discursos nos faz refletir a respeito da necessidade da organização do tempo para se apropriar das tecnologias e usar em sua prática.

Os programas implantados pelo governo federal são criados com uma proposta que não atende ao contexto local, tendo em vista que a política, quando chega à realidade, precisa sofrer recriações para atender a um determinado contexto local. Dessa feita, percebemos no depoimento que as exigências profissionais requeridas ao professor muitas vezes não são condizentes com o tempo disponível. Porém, para que o professor não assuma conhecimentos que contemplam o seu tempo disponível, é preciso adquirir a consciência de que a formação não se restringe somente ao ensino, necessitando atualizar os conhecimentos para que estes não se tornem obsoletos, visto que vivemos num mundo cercado por informações que passam de forma aligeirada.

Corroborando essa discussão teórica, Kenski (1997, p. 70) ressalta:

É preciso que este profissional tenha tempo e oportunidades de familiarização com as novas tecnologias educativas, suas possibilidades e limites para que, na prática, faça escolhas conscientes sobre o uso das formas mais adequadas ao ensino de um determinado tipo de conhecimento, em um determinado nível de complexidade, para um grupo específico de alunos e no tempo disponível.

Como agente do processo educacional, é essencial que o professor esteja diretamente envolvido no seu processo de formação continuada, vivenciando estratégias que possam colaborar para o desenvolvimento de suas habilidades pessoais e pedagógicas. Nesse sentido, para se utilizar desses recursos tecnológicos, o ProInfo faz distribuição de laboratório de informática nas escolas para auxiliar os docentes, contribuindo com a aprendizagem do alunos. Como a escola do professor entrevistado foi contemplada com laboratório de informática, questionamos se já realizou alguma atividade com esses recursos em sua prática pedagógica.

Sim, minha escola foi contemplada; mas eu não utilizei diretamente o laboratório de informática porque eu estava como suporte pedagógico, mas tinha professores que trabalhavam comigo, e a gente usava. Juntamente com os professores, eu ajudava em duas turmas nas Mirandas, eu ajudava aos professores de artes, matemática e língua portuguesa (Entrevistado – Professor).

A partir do discurso exposto, podemos perceber que o uso do laboratório ainda está muito restrito ao papel do professor. Sendo que esse recurso é endereçado a todos os profissionais da educação no âmbito escolar. No entanto, segundo o entrevistado, o mesmo reajustava sua prática no auxílio dos docentes quando buscava utilizar deste recurso.

De acordo com Tornaghi (2010), é nessa concepção que o ProInfo se fundamenta: promover a inserção das tecnologias da informação e comunicação (TIC) nas escolas públicas brasileiras, com base em instalação de ambientes tecnológicos, tais como laboratórios de informática, equipamentos tecnológicos, como impressora, multimídia, *data show* e acesso à *internet*. Porém, faz-se necessário que o docente esteja na mediação, uma vez que a tecnologia não pode substituir sua função e que a utilização desses recursos precisa da figura do professor enquanto mediador de conhecimentos.

Sabemos também que professores passam pelos cursos do ProInfo para compreender que a sua utilização deve estar em conjunto com uma prática pedagógica para vir a despertar nos educandos o interesse pelos conhecimentos. Questionamos ao professor: Em sua visão, como a escola tem aproveitado o laboratório de informática que foi beneficiado pelo ProInfo?

Era usado mais para trabalho de pesquisa pelos alunos. Os professores passavam as atividades e eu como estava sendo suporte pedagógico eu ficava com os alunos, porque às vezes o professor ficava na sala de aula e eu ficava com os alunos (Entrevistado – Professor).

Essa mediação feita pelo professor entrevistado auxilia os discentes no uso das TIC e aguça o seu olhar de curiosidade na busca do saber. Entretanto, reforçamos a compreensão do papel do professor no acompanhamento desse recurso tecnológico. Quando a utilização do computador restringe-se apenas à ferramenta de pesquisa, limitam-se as potencialidades do sujeito e do recurso. Assim, seu uso deve estar vinculado também às atividades pedagógicas nas quais os alunos possam ser incentivados a ir além da informação técnica pesquisada, ou mesmo de seu uso para o entretenimento. O intermédio do professor nesse caso é fundamental para que os alunos sejam direcionados ou motivados a utilizar as facilidades proporcionadas pela tecnologia, a fim de ampliar seus conhecimentos e sua autoria mediante essa ferramenta.

O conhecimento pedagógico a ser utilizado com as tecnologias fortalece o reconhecimento pela busca incessante do saber, em que a oportunidade para aprendizagem se dá além da ação pedagógica, podendo ocorrer quando estamos auxiliando a ampliar os conhecimentos dos sujeitos. Nessa perspectiva, o interesse pela aprendizagem é uma forma de nos tornarmos ativos na construção do conhecimento.

Desse modo, questionamos ao sujeito entrevistado: “quais as vantagens e desvantagens do ProInfo? Justifique!”.

Vantagem - busca do conhecimento novo que veio contribuir muito para a formação tanto do professor como também para a formação dos alunos. Desvantagem - não concluímos todas as etapas do curso por causa da falta de recurso do programa (Entrevistado – Professor).

A descontinuidade de uma política pode trazer implicações para aqueles que são favorecidos por ela. Observamos que a paralisação temporária do ProInfo pela ausência de recursos apresentou uma interferência negativa na educação, tendo em vista que os docentes precisam estar atualizando os conhecimentos em consonância com as novas exigências requeridas pela sociedade.

Neste discurso, podemos refletir os prejuízos de um investimento quando não se encerra. Sabemos que para uma política se consolidar convém ser idealizada, avaliada, usar de recursos financeiros para implantação e quando estes são afetados pela crise econômica e são “barrados” pela ausência de recursos, entendemos que esta paralização afeta aluno, professor, gestão e comunidade escolar.

Portanto, afirmamos que o uso pedagógico das tecnologias da informação e comunicação é influenciado tanto pelos modos de construção e organização das políticas, quanto pela realidade local afetada. Deste modo a implementação bem consolidada de um programa que consegue atingir os objetivos propostos dos documentos oficiais pode beneficiar de modo significativo a nossa educação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo possibilitou compreendermos que a formação continuada dos professores mediada pelas tecnologias fortalece a apropriação dos saberes bem como promove o desenvolvimento de conceitos, a habilidade e os valores para uma educação que aprimore o conhecimento numa construção coletiva.

Percebemos, também, que o uso das tecnologias da informação e comunicação no âmbito pedagógico poderá contribuir para que os sujeitos se articulem nas dinâmicas sociais contemporâneas, atreladas às transformações sociais, culturais, políticas e educacionais.

Dessa maneira, consideramos de grande importância discutir a ação de programas formativos como o ProInfo nesse contexto, visto que o professor deve estar sempre ressignificando sua prática a fim de desenvolver um trabalho pedagógico de qualidade em consonância com a sociedade atual.

Assim, o contato com o ProInfo, através da pesquisa, originou conhecimentos que foram construídos durante todo o processo de elaboração deste estudo. A aproximação com os instrumentos metodológicos percorridos, tais como entrevistas e leitura dos documentos e *sites* do programa, revelou-se crucial para alcançarmos o resultado e refletirmos sobre o funcionamento do ProInfo, incluindo suas ações e suas estratégias para promover a interação do docente com as tecnologias.

Evidenciamos que a aproximação com os sujeitos da pesquisa, mediada pela entrevista, foi uma experiência exitosa, uma vez que permitiu que esse diálogo favorecesse o alcance de objetivos propostos, dentre eles, o de identificar, a partir de docentes, o uso pedagógico dos recursos do ProInfo na prática pedagógica.

Nesse sentido, enfatizamos que a obtenção dos objetivos traçados nos fez chegar às inquietações sobre os programas de formação continuada, que, através de políticas públicas, têm propiciado ao professor situações didáticas para o ensino-aprendizagem, levando a crer que os conhecimentos apreendidos pelo discente podem ser incorporados, de modo que mais tarde possam ser utilizados tanto na vida pessoal quanto na escolar.

Compreendemos que para estar à frente de uma sala o professor precisa utilizar todos os recursos pedagógicos disponíveis para despertar o interesse dos alunos pelo que está sendo transmitido. A interação social entre os sujeitos poderá despertar o entendimento não somente de saberes científicos, mas também envolve, nesse contexto, saber trabalhar em conjunto e criar vínculos de afeto e solidariedade entre os discentes e docentes, fundamentando o compromisso com a educação.

É nesse sentido que intuímos a relevância do programa para o município de Caraúbas, tanto pela quantidade de professores beneficiados com a formação continuada no tocante à aproximação com as tecnologias quanto pela distribuição de recursos tecnológicos ofertados para as escolas municipais dessa cidade. Porém, a paralisação das ações do ProInfo pelos cortes sofridos no âmbito da educação rompe com a continuidade dessa política pública de educação nessa localidade.

Diante do exposto, podemos afirmar que o presente estudo possibilitou realizarmos uma reflexão crítica sobre a formação docente, a prática pedagógica e a política educacional atrelada ao espaço escolar, propiciando um novo fazer pedagógico e permitindo a aquisição de novas experiências em conhecimento e pesquisa.

6. REFERÊNCIAS

- Almeida, M. E. B. (2003, julho). Educação a Distância na internet: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, 29(2), p. 327-340.
- Brasil. Presidência da República. (2007). Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 6.300, de 12 de dezembro de 2007. *Dispõe sobre o Programa Nacional de Tecnologia Educacional – ProInfo*. Recuperado em 25 out, 2015, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6300
- Candau, V. M. (2000). *A didática em questão* (19a ed.). Petrópolis: Vozes.
- Charlot, B. (2000). *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Porto Alegre: Artmed.
- Delors, J. (2000). *Educação: um tesouro a descobrir* (4a ed.). São Paulo: Cortez; Brasília: MEC; UNESCO.
- Freire, P. (2005). *Pedagogia do oprimido* (46 ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- Frey, K. (2000, junho). Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e políticas públicas*, 21 (sn).
- Gerhardt, T. E. & Silveira, D. T. (2009). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Gil, A. C. (2007). *Como elaborar projetos de pesquisa*. (4. ed.). São Paulo: Atlas.
- Imbernon, F. (2002). *Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza*. São Paulo: Cortez.
- Kenski, V. M. (2003). *Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação*. (3a. ed.). Campinas: Papirus.
- Kenski, V. M. (1997, setembro). Novas tecnologias: o redimensionamento do espaço e do tempo e os impactos no trabalho docente. *Anais da Reunião Anual da ANPed*, Caxambu, MG, Brasil, 20.
- Darós, L. L., & Pereira, A. S. (2009, julho). Análise das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público – NBCASP: Mudanças e desafios para a contabilidade pública. *Anais do Congresso USP Controladoria e Contabilidade*, São Paulo, SP, Brasil, 9. Recuperado de <http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos92009/467.pdf>
- Lima, L. L. & D'ascenzi, L. (1993, dezembro). Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas. *Rev. Sociologia. Política*, Curitiba, 21(48), p. 101-110.
- Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (2010). *Fundamentos de Metodologia Científica*. (7a ed.) São Paulo: Atlas.
- Minayo, M. C. S. & Gomes, Suely F. D. R. (2011). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. (30a ed.). Petrópolis: Vozes.
- Nóvoa, A. (2007). *Desafios do trabalho do professor no mundo contemporâneo* [Palestra] SINPRO-SP – Sindicatos dos professores de São Paulo. Recuperado em 17 setembro, 2016, de http://www.sinprosp.org.br/arquivos/novoa/livreto_novoa.pdf
- Oliveira, A. F., Pizzio, A. & França, G. (2010). *Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas*. Editora da PUC Goiás.
- Rua, M. G. (2012). *Políticas públicas*. (2a. ed.) Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC.
- Secchi, L. (2013). *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. (2a. ed.) São Paulo: Cengage Learning.
- Silva, P. L. B. & Melo, M. A. B. (2000). *O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projeto*. Campinas: Caderno

- NEPP/UNICAMP. Recuperado em 08 agosto, 2016, de http://governancaegestao.files.wordpress.com/2008/05/teresa-aula_22.pdf.
- SOUZA, C. (2003, julho). Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. *Caderno CRH*, Salvador, 39.
- TORNAGHI, A. J. C., Prado, M. E. B. B., & Almeida, M. E. B. (2010). *Tecnologias na educação: ensinando e aprendendo com as TIC: guia do cursista*. (2. ed.). Brasília: Secretaria de Educação a Distância.